



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1004670-30.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Cheque**
 Requerente: **Jose Pereira dos Reis**
 Requerido: **FERNANDES SOUZA EMPREITEIRA LTDA - ME e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

O autor **Jose Pereira dos Reis** propôs a presente ação contra os réus **FERNANDES SOUZA EMPREITEIRA LTDA – ME** e **JOSÉ LUIS PEREIRA DE SOUZA**, requerendo a condenação destes no pagamento da quantia de R\$ 51.300,38, representada pelos cheques de folhas 08/11, que não foram compensados pela instituição bancária por terem seu pagamento sustados.

Os réus foram citados pessoalmente às folhas 35, não oferecendo resposta (folhas 35), tornando-se revéis.

Relatei. Decido.

Passo ao julgamento antecipado da lide, nos termos do artigo 330, II, do Código de Processo Civil.

Pretende o autor o recebimento da quantia de R\$ 51.300,00, originada pela emissão dos cheques acostados às folhas 08/11, cujos pagamentos foram sustados pelo emitente.

Desnecessária a discussão sobre a causa subjacente, primeiro, por serem os réus revéis e, segundo, porque aplicáveis os princípios da literalidade e autonomia.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Diante do exposto, acolho o pedido, resolvendo o mérito nos termos do artigo 269, I, do Código de Processo Civil, para o fim de condenar os réus, solidariamente, a pagarem ao autor a quantia de R\$ 51.300,00 (cinquenta e um mil e trezentos reais), com atualização monetária e juros de mora a partir de maio de 2014 (folhas 12). Sucumbentes, condeno os réus no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, esses fixados em 10% do valor da condenação, ante a ausência de complexidade.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

P.R.I.C.

São Carlos, 23 de junho de 2015.

Juiz Alex Ricardo dos Santos Tavares

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**